

Ação internacional provoca divergências

Sergio Leo
De Brasília

O diretor de relações internacionais e comércio exterior da Federação das Indústrias de São Paulo, Roberto Gianetti da Fonseca, recebia uma missão parlamentar chefiada pelo presidente da Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Vital Moreira, no início de abril, quando os europeus o surpreenderam: ao ouvir as queixas dos empresários paulistas contra o protecionismo argentino, os estrangeiros apoiaram a ideia de buscar acordo de comércio entre União Europeia e Brasil, sem os outros sócios do Mercosul, caso sejam alteradas as regras do bloco sul-americano.

“Os parlamentares europeus queriam saber se, no próximo governo, não seria possível mudar o acordo do Mercosul, para facilitar um acordo só com o Brasil”, conta Gianetti, que, próximo ao candidato da oposição à Presidência, José Serra, apoia a proposta levantada por ele, de negociar alterações no acordo do Mercosul. O tema não está na agenda do governo, nem é pacífico entre empresários.

Duas semanas depois, a negociação de livre comércio entre Mercosul e União Europeia ameaçava fracassar; não por resistências no Mercosul, mas por exigências adicionais da França — um dos principais aliados políticos do Brasil na arena internacional, favorecido pelas compras de equipamentos militares; mas o mais avesso à abertura comercial para a competitiva agricultura brasileira.

Não passa um mês sem que alguma missão estrangeira visite São Paulo, centro empresarial e fi-

nanceiro do país; em abril, houve britânicos, alemães, chineses, japoneses e americanos, para mencionar apenas as missões com mais de 20 integrantes. Em todas, mesmo as comerciais, temas políticos começam a dividir atenções com assuntos de negócios. Há curiosidade e dúvidas sobre as intenções do governo brasileiro em áreas como Oriente Médio, Nações Unidas ou na relação com os Estados Unidos — nada, porém, que afete os planos de investimentos do setor privado, segundo reconhecem os executivos de empresas de vários setores.

Fiesp critica rumos da política externa, que geram desconfiança em parceiros mais tradicionais

Gianetti, como dirigente da Fiesp, critica os rumos da política externa, que, segundo comenta, geram desconfianças em parceiros tradicionais, como Europa e Estados Unidos. “O tema tem surgido nas conversas com autoridades estrangeiras”, relata. Como presidente da Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne (Abiec), porém, tem motivos para alegrar-se até com a polêmica aproximação entre Brasil e Irã. Os iranianos, como noticiou o **Valor**, passaram, em março a dividir com a Rússia o posto de maior importador de carne bovina brasileira, com a compra de 60 mil toneladas, 20% do mercado daquele país e 24% acima das compras no mesmo período no ano passado.

Não há consenso no setor privado sobre a ação política do governo no campo externo e suas consequências sobre os negócios. Nos grandes conglomerados (holdings), que têm nas empreiteiras a face mais visível, a atuação do governo no exterior em defesa dos interesses das empresas nacionais recebe elogios; um alto executivo de uma das principais construtoras do Brasil, com negócios em outras áreas, lembra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva interveio pessoalmente em dificuldades recentes da Odebrecht no país; na Venezuela, conversou diretamente com o presidente Hugo Chávez em favor de negócios da Camargo Correa e Andrade Gutierrez, fazendo o governo local inclinar-se por contratos com essas empresas.

Muitos executivos se queixam, porém, da falta de continuidade em ações contra barreiras ao comércio para mercadorias brasileiras. “Sem querer opinar sobre a estratégia ideológica da política externa, seja boa ou má, o problema é que a estratégia comercial fica subordinada a ela”, reclama o presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abieps), Pedro Camargo Neto. Ele comenta que o Brasil abre frentes de política externa, mas falha em colocar em primeiro plano nas reuniões com chefes de Estado questões comerciais relevantes, sobre barreiras aos produtos brasileiros.

“O governo não tem como prioridade a questão comercial”, afirma Pedro Camargo, que foi um dos principais responsáveis pela abertura do caso contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC), pelos subsídios

Destinos em alta

Produtos mais dinâmicos nas exportações para Venezuela e Irã (2002-2009) - US\$ milhões

Para a Venezuela

Grupo de produtos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carnes e miudezas, comestíveis	1,57	11,61	75,57	124,89	168,99	327,59	960,03	464,89
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	116,84	80,18	238,35	256,98	403,82	445,44	508,56	409,14
Veículos automotores, tratores, ciclos	200,94	101,84	348,24	586,85	872,93	1.418,71	523,94	365,32
Animais vivos	0,20	0,82	4,05	0,82	2,03	192,43	310,07	361,88
Máq., aparelhos e materiais elétricos	78,34	54,30	135,00	444,28	876,00	735,06	624,16	310,87
Açúcares e produtos de confeitaria	1,99	6,77	14,30	11,66	85,88	107,41	149,01	228,33

Para o Irã

Grupo de produtos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Carnes e miudezas, comestíveis	11,08	51,93	108,48	12,08	110,21	208,10	337,61	353,60
Cereais	33,39	44,83	155,32	68,44	205,41	435,82	91,20	282,93
Açúcares e produtos de confeitaria	83,42	21,67	11,730	64,68	377,46	301,01	161,15	177,96
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	14,85	70,94	153,27	31,99	109,83	177,10	89,85	130,70
Sementes e frutos oleaginosos; grãos	64,31	77,22	181,50	200,20	214,00	0	23,44	48,68
Gorduras e óleos animais ou vegetais	227,27	474,70	344,74	371,70	347,25	295,28	184,36	48,60

Elaborado pelo MINE/OP/ODC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MINE/Secex - AlcegaWeb

ilegais ao algodão americano. A afirmação parece entrar em contradição com a insistência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em levar missões de empresários nas viagens presidenciais mais importantes e mencionar a questão do comércio com frequência nos discursos no exterior.

Mas o presidente da Abieps argumenta que as discussões de comércio ficam a reboque das ações para obter prestígio político. “Só quando os Estados Unidos ficaram contra a parede, na OMC, o governo conseguiu reduzir as barreiras, lá, para a carne brasileira”, exemplifica.

Lula até incentiva missões para explorar mercados, mas não põe entre as prioridades ações

para eliminar barreiras a produtos brasileiros, acredita o executivo, que exemplifica com a visita do presidente do México, Felipe Calderón, ao Brasil, em agosto de 2009. “O México é o quarto maior importador de carne de porco do mundo, reserva o mercado para os Estados Unidos e barra nossa carne com medidas sanitárias irregulares”, acusa. Pouco avançou a discussão sobre esse tema até hoje, apesar da aproximação política entre os dois países, com promessas até de acordo de livre comércio, diz.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbato, concorda. “Conseguimos alguma coisa onde obtemos finan-

ciamento do BNDES; mas as exportações do setor estão se limitando à América do Sul, América Central e México”, comenta, queixando-se das crescentes barreiras à venda de telefones celulares em sócios do Brasil como Venezuela e Argentina.

Já o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos, Jackson Schneider, defende o esforço do governo para evitar retrocessos na combalida união aduaneira do Mercosul, e diz acreditar que há um esforço estruturado do governo para abertura de mercados. “O que o governo não faz é fechar negócios pelas empresas, isso elas é que têm de fazer”, diz Schneider, que é executivo da Mercedes Benz.